

**27. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS.**

Da **Vereadora com a área da responsabilidade da Inovação e Coesão Social, Carla Sepúlveda**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal a proposta relativa à transferência de competências para os municípios em matéria de ação social – prorrogação do prazo de transferência para as autarquias locais, que se anexa.

## PROPOSTA

### **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS**

Considerando:

- O desfecho, no passado dia 06 de Dezembro de 2022, das conversações entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo Português sobre o processo de transferência de competências para os Municípios em matéria de Ação Social, que veio a determinar a possibilidade de adiamento da aceitação de tais competências até 03 de Abril de 2022;
- Que, na presente data, persistem várias dificuldades associadas à garantia de sucesso no complexo processo de transferência de competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social, designadamente o reforço e capacitação da equipa municipal, assim como a formação para acesso e trabalho em plataformas específicas e ainda a formação das equipas das entidades que estão no terreno, que passarão a atuar numa perspetiva de dupla intervenção no mesmo território (Ação Social e Rendimento Social de Inserção);
- Que o exercício e a prestação de um serviço de qualidade aos nossos cidadãos, impõe que haja um domínio claro dos instrumentos regulatórios, associado ao conhecimento no terreno e a uma efetiva e cuidada preparação e adaptação a vários níveis, como sendo os Recursos Financeiros e os Sistemas de Informação, além dos antes mencionados Recursos Humanos;
- Que o Instituto de Segurança Social apenas no passado dia 07 de Dezembro de 2022 nos forneceu informação que entendemos ser crucial, a qual havia sido antes solicitada, nomeadamente acerca dos valores referentes aos pagamentos atuais dos Acordos de Cooperação para funcionamento dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social;
- Que a Comissão de Acompanhamento reuniu apenas duas vezes (Julho e Novembro de 2022);
- Que nos encontramos a trabalhar em vários procedimentos associados à operacionalização deste processo, que implicaram 3 reuniões gerais, além de reuniões individuais com as nove entidades e respetivas equipas com Acordos e Protocolos celebrados com a Segurança Social, reuniões com outros municípios isoladamente ou no contexto da Comunidade Intermunicipal do Cávado e ainda definição do teor dos protocolos a celebrar e normas de funcionamento a aprovar;
- Que os representantes das entidades que operam no nosso território também nos deram *feedback* relativamente à necessidade de tempo para uma mudança informada e bem planeada, com protocolos sem ambiguidades e com formação para as suas equipas entrarem ao trabalho em tarefas que antes não executavam;

- Que é determinante a submissão deste assunto aos órgãos deliberativos e consequente comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Pelo exposto e por considerarmos, juntamente com as entidades que estão no terreno, que não reunimos as condições necessárias para o exercício das competências no domínio da Ação Social no dia 01 de Janeiro de 2023, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de submeter o assunto à Assembleia Municipal de Braga para que se informe a DGAL da nossa intenção de prorrogar o prazo, anteriormente estabelecido, para o dia 03 de Abril de 2023.

Braga, 19 de Dezembro de 2022.

A Vereadora da Inovação e Coesão Social

---

Dra. Carla Sepúlveda